
CULTURA E IGREJA NOS AÇORES

O presente artigo foi elaborado a pedido da Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, e proposto pelo autor para publicação na revista «Nação e Defesa».

Manuel Fidalgo

CULTURA E IGREJA NOS AÇORES

INTRODUÇÃO

1. Como observação preliminar da abordagem da influência da Igreja, do ponto de vista diacrónico, na cultura portuguesa e, com maior incidência, na cultura açoriana, referimos que a palavra cultura é entendida no sentido antropológico e sociológico do conceito e que por Igreja entendemos a Igreja Católica Romana, a única com influência estrutural na dita cultura.

Explicitando melhor entendemos por cultura a «herança social», como referiu Ralph Linton ⁽¹⁾, o «conjunto das tradições sociais», como Robert Lowie ⁽²⁾, ou a «parte do ambiente feito pelo homem», como anotou outro antropólogo. Todos os estudiosos das duas ciências estão mais ou menos de acordo, muito embora ainda não tenham fixado o conceito. Daí que mais de centena e meia tenham sido elaborados até meados do século actual, havendo mesmo livros (e artigos), mais ou menos recentes, que se dedicam, exclusivamente, a analisar a definição.

A situação académica não invalida, no entanto, a conclusão de que se está a tratar de um assunto não coincidente com o significado popular ou mesmo do que outras áreas do saber entendem por cultura.

A cultura é, na sua quase totalidade, aprendida, sendo, assim, o homem um portador e transmissor de cultura e, em muito pequeno grau, um produtor de cultura.

É, assim, o resultado de muitos milhares de dádivas de povos conhecidos e desconhecidos, muitos dos quais já desapareceram.

A civilização ocidental, conjunto de culturas europeias em permanente formação e reformulação (incluindo nos EUA e Canadá), é o melhor exemplo de quanto devemos, nós ocidentais, a povos obscuros ou obscurecidos. Nada

(1) LINTON, RALPH, *«The Study of Man»*, New York, 1936.

(2) LOWIE, ROBERT, *«An Introduction to Cultural Anthropology»*, New York, 1947.

melhor que recordar a célebre passagem de Ralph Linton aos seus concidadãos norte-americanos sobre um dia da sua (deles) vida:

«O nosso mais típico cidadão americano acorda numa cama feita segundo um modelo do Próximo Oriente, modificado no Norte da Europa e daqui transmitido à América.

Afasta de cima de si os lençóis, feitos de algodão domesticado na Índia, de linho, domesticado no Próximo Oriente, ou de seda, cujo uso foi descoberto na China, e os cobertores de lã de ovelha, domesticada no Próximo Oriente.

Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Próximo Oriente.

Levanta-se e calça as sandálias, inventadas pelos ameríndios do Leste americano, e vai à casa de banho, onde está um conjunto de invenções europeias e americanas dos tempos actuais. Tira o pijama, traje inventado na Índia, e lava-se com sabão inventado pelos antigos Gauleses. Depois barbeia-se, rito masoquista originário da Suméria.

Volta ao quarto dia e tira as roupas de cima da cadeira, inventada no Sul da Europa. Veste as roupas cuja forma original proveio do vestuário dos nómadas das estepes asiáticas e calça os sapatos, feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egipto e talhado segundo um molde originário das civilizações do Mediterrâneo e põe a gravata, reminiscência dos xailes usados pelos croatas do século XVII.

Antes de sair para tomar café olha pela janela, feita de vidro inventado no Egipto, e, se está chovendo, calça botas de borracha (em vez de sapatos), descoberta pelos ameríndios da América Central, e agarra no guarda-chuva, inventado no Sueste da Ásia. Na cabeça pode pôr um chapéu de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.

A caminho do café pára para comprar o jornal, pagando-o com moedas, invenção da antiga Lídia.

No café (restaurante) encontra toda uma série de elementos novos. O prato é de cerâmica, inventado na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez no sul da Índia, o garfo uma invenção

medieval italiana e a colher derivada do original romano. Quebra o jejum com uma laranja, do Mediterrâneo Oriental, ou com melão, originário da Pérsia, ou com uma talhada de melancia, proveniente da África. A seguir serve-se do café, planta abissínia, com leite e açúcar. Tanto a domesticação das vacas como a ideia de as ordenhar veio do Próximo Oriente, ao passo que o açúcar foi fabricado, pela primeira vez, na Índia. Depois da fruta e do café come «waffles», bolos feitos segundo uma técnica escandinava, de trigo domesticado na Ásia Menor. Nos bolos deita doce, inventado pelos ameríndios americanos do Leste. Pode, ainda, comer um ovo de uma ave domesticada na Indochina, com ou sem «bacon», de um animal domesticado na Ásia Oriental, salgado e defumado por um processo inventado no Norte da Europa.

Acabado o pequeno-almoço o nosso Norte-Americano fuma, um hábito dos ameríndios da América, consumindo uma planta domesticada no Brasil, servindo-se de um cachimbo, proveniente dos ameríndios da Virgínia, ou um cigarro, originário do México. Pode também optar por um charuto, originário das Antilhas e levado para os EUA pelos espanhóis.

Enquanto fuma lê as notícias do dia, impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas da Fenícia, num material inventado na China, por um processo inventado na Alemanha.

Enquanto se põe em dia com as dificuldades estrangeiras poderá, se for cidadão exemplar, dar graças a uma divindade hebraica, numa língua indo-europeia, cem por cento americana» (3).

Como podemos ver, qualquer cultura dos povos europeus ou norte-americanos é o resultado de milhares de dádivas de todas as latitudes. E é de não esquecer, neste domínio, o papel desempenhado pelos Portugueses planetizando entre o Oriente e o Ocidente elementos, complexos e sistemas culturais, adoptados (ou não) por milhares de culturas. Nesse domínio já foram identificados mais de cinco mil traços culturais difundidos, pelos povos do Mundo, pelos Portugueses.

(3) LINTON, RALPH, «*The Study of Man*», New York, 1936 (pp. 326/327).

Por vezes a difusão é só de um elemento cultural, mas, na maioria dos casos, é de complexos e mesmo de sistemas culturais. A adopção pode ser integral, com ou sem reformulação. A maior parte das vezes é, primeiramente, reinterpretada à luz da cultura dos destinatários para poder saber-se se pode integrar a cultura com ou sem reformulação.

Na generalidade é mais fácil a integração, numa dada cultura, de elementos, complexos ou sistemas da cultura material que da cultura espiritual. É que é esta que defende, prioritariamente, os princípios, venera os valores, preserva as normas, define as posições, obriga aos papéis e estabelece as convenções sociais, componentes importantíssimos no fenómeno da inculturação ou aculturação (socialização).

Portugal, neste último século, concorreu com uma quota-parte importante para a teorização antropológica, nomeadamente com Leite de Vasconcelos e Jorge Dias, e a partir da década de cinquenta iniciou os seus passos, mais marcadamente, na Sociologia.

É, assim, com palavras de Jorge Dias, que terminamos esta resenha introdutória *«A cultura tem pois carácter superorgânico e superindividual, visto que nada tem a ver com o somático, ultrapassa o que o indivíduo pode dominar e obedece a leis próprias que lhe dão carácter de realidade objectiva. Contudo há limitações a estes princípios»* ⁽⁴⁾.

2. Referimos, antes, que o homem é, principalmente, um portador e transmissor de cultura e, em pequena percentagem, um produtor de cultura.

Como estamos em ilhas afastadas em quase dois mil quilómetros da costa continental mais próxima convém dizer algo sobre o ambiente natural açoriano e seus condicionamentos em termos humanos.

É de todos conhecida a posição de algumas correntes dentro da Escola Geográfica ⁽⁵⁾ que falam mesmo de determinismo geográfico, considerando como certas muitas das afirmações de Montesquieu, sobre o carácter dos povos, acrescentando-lhe muitas mais. Tais tendências tiveram a ver algo

⁽⁴⁾ DIAS, JORGE, *«Antropologia Cultural»*, Lisboa, 1956.

⁽⁵⁾ RATZEL, FRIEDRICH, *«Anthropogeographie»*, Stuttgart, 1909, e SEMPLE, ELLEN, *«Influences of geographic environment»*. London, 1911.

com a teoria do espaço vital e de certas teses em Geopolítica. Tudo isto está hoje desacreditado, por demasiado simplista e por falta de rigor científico.

No caso açoriano muito se escreveu nesta linha de pensamento e ainda anima alguns discursos oficiais para explicar a insularidade e a autonomia política.

Se não somos partidários do determinismo geográfico também não ignoramos a importância do processo de adaptação de cada sociedade ao ambiente natural em que se fixou. O Japão representa, em parte avantajada, a negação da insularidade na tarefa do desenvolvimento e povos tropicais, com uma natureza cheia de recursos, ainda constituem sociedades de economia simples com ou sem excedentes permutáveis. Isto mostra que o homem não responde, mecanicamente, aos estímulos naturais. Se assim fosse, a resposta seria sempre a mais adequada às circunstâncias ambientais.

A natureza não determina mas condiciona a cultura podendo-a limitar e não a promover.

O mar açoriano não promoveu a pesca antes a tem limitado. O açoriano é, até hoje, um homem com as costas voltadas para o mar, portador e produtor de uma cultura rural, com algumas facetas etnocêntricas em relação à cultura profissional dos pescadores. Só a abertura ao mundo pode alterar, progressivamente, a situação. Um povo entregue a si próprio tem capacidade de progresso muito inferior à daqueles que estão com boas condições de relação.

Tendo em linha de conta outras latitudes e experiências havidas podemos afirmar que os factores geográficos condicionam na razão directa da evolução das técnicas de cada povo.

A história de cada povo é, assim, um diálogo permanente entre o homem e a natureza. De dominado passou, em muitas latitudes, à posição de dominador, usando-a para seu proveito, numa linha de sucessos e de fracassos.

O que acabamos de referir indica que o estudo da influência do ambiente tem pouco significado se lhe não associarmos o elemento tempo. A análise diacrónica da cultura é, assim, um imperativo da realidade cultural.

O estudo da subárea cultural açoriana exige, em suma, a investigação desde o início do povoamento de cada ilha devendo, ainda, se se puder, indagar das culturas dos povoadores originários. É que grande parte da cultura material e da cultura espiritual foi herdada desde essa época.

A cultura e a subárea cultural açoriana só podem ser entendidas no contexto global da cultura nacional ou como subdivisão desta. É que dentro

da cultura portuguesa há subáreas muito mais afastadas da matriz (que a açoriana), até com língua e escrita próprias, como são as culturas mirandesa e rionoresa. A cultura açoriana não derivou, pois, da cultura portuguesa mas faz parte integrante dela. Se assim não for estudada só se abordará uma pequena parte, o que comporta riscos.

Com muita importância para o entendimento da cultura açoriana estão os padrões ou modelos de cultura, isto é, a feição típica que os elementos, complexos e sistemas culturais tomam dentro de cada cultura. O modelo ou padrão tem um certo carácter compulsivo sobre os indivíduos devido à pressão da sociedade; é que é preciso respeitar o que os usos e costumes estabeleceram porque são esses padrões ideais que dão carácter às culturas.

O que acabamos de referir é muito importante quer para a adopção de inovações quer para a invenção dentro das culturas. Muito raramente um elemento, um complexo ou um sistema cultural, vindo de fora, é adoptado ou há uma invenção com possibilidades de institucionalização, que colidam com os padrões culturais que enformam uma dada cultura. As excepções têm sido sempre decisões do poder político e muitas vezes originam reacções muito violentas.

O padrão de comportamento, que obriga a formas de comportamento, domina toda a vida do indivíduo permitindo-lhe, somente, pequenos afastamentos ou transgressões resultantes da personalidade individual.

O estudo destes padrões é, há muito, objecto de estudos quantitativos para se saber dos modelos dominantes, os quais, no seu conjunto, constituem a personalidade base ou a personalidade modal de um povo, ou seja, do comportamento mais representativo (e não do comportamento médio).

É de notar que nem sempre esses padrões são racionais e lógicos, como acontece na vida sentimental. É que a tradição pouco tem a ver com a racionalidade das coisas. E o que dizemos da vida sentimental aplica-se, também, em alguns casos, à vida religiosa.

Todas as sociedades têm os seus padrões que, por vezes, pouco diferem entre si por estarem integradas na mesma cultura. Daí que certos elementos, complexos e sistemas culturais não penetrem numa área cultural porque ao serem seleccionados verificou-se que colidiam ou não havia possibilidade de integração nos padrões culturais próprios, mesmo se reformulados.

Como as sociedades, as culturas e os padrões ou modelos evoluem no tempo pode acontecer que o que for rejeitado antes seja adoptado algum

tempo depois. Esta situação enquadra-se no processo do dinamismo cultural, que toca todas as culturas, mesmo as mais primitivas.

3. No processo do dinamismo cultural ocupa lugar especial a tentativa de explicação da evolução dos elementos, complexos e sistemas culturais, de uma dada cultura, no espaço e no tempo. A isto chama-se difusionismo.

De todos os tipos de difusionismo um dos mais estudados tem sido o da aculturação, processo que estuda os contactos de cultura e seus efeitos. A esse processo alguns antropólogos também chamam endoculturação e os sociólogos socialização. Se o estudo tem em vista não as duas culturas em contacto mas uma só e o processo de interacção com as demais, com ideias e práticas que pretende adoptar para fazerem parte integrante dela, estamos perante um processo de *inculturação*.

O processo de aculturação é recíproco entre as duas culturas em presença e encontra-se longamente estudado em milhares de trabalhos. É ele, por exemplo, a base da extensão rural nomeadamente na dimensão da mudança.

No processo de inculturação a corrente faz-se mais num só sentido. É o caso dos ensinamentos da Igreja que fazem parte integrante das culturas europeias. Só com os Portugueses, principalmente no seu Padroado do Oriente, e com o Concílio Vaticano II se entendeu que a corrente também devia (e podia) ter algum sentido inverso.

Isto significa que a civilização ocidental não tem o exclusivo da Igreja de Roma, que ela (a civilização ocidental) não é a matriz para as demais embora se lhe reconheça a primogenitura e a que contém, nas suas culturas, mais elementos, complexos e sistemas do catolicismo romano. Na verdade, penetrou, profundamente, não só a cultura espiritual mas também a cultura material de todas as culturas ocidentais, incluindo a portuguesa.

Postas as questões teóricas que nos pareceram pertinentes entremos no tema proposto.

A IGREJA E A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

A análise que a seguir se faz, marcadamente diacrónica, é, tão-somente, uma leve achega ao tema de acordo com a natureza deste escrito; com efeito, será dada mais atenção à cultura portuguesa de modo a tipificá-la melhor para se compreender a subárea cultural açoriana.

Tendo em consideração somente o tempo em que a Antropologia e a Sociologia ganharam foros de ciências autónomas, dizemos que a relação entre as religiões e as culturas tem sido dos temas mais explorados. Marx e Engels a ele se referiram em 1844, 1846, 1867, 1878 e 1892, Taylor em 1871 e Frazer em 1878. Na primeira metade deste século é de destacar Durkheim (1912), Malinowski, Radcliffe-Brown, Marcel Mauss (1913) e, no final da mesma, Parsons (1944). Mais perto de nós é de destacar o contributo de Jack Goody (1961), Lévi-Strauss (1962), Bourdieu (1971), Giddens (1967) e Godelier (1984), entre muitos mais.

Seria, no entanto, imperdoável a não referência a Max Weber (1892, 1904, 1921).

Mas recuemos mais no tempo, até aos primeiros séculos da era cristã, e vejamos algumas opiniões que têm sido emitidas.

Um das primeiras teses defendidas é de que o Cristianismo foi o destruidor da civilização greco-romana que o havia acolhido. Nesse sentido se pronunciaram Marco Aurélio e Juliano, imperadores romanos, ainda antes da sua aceitação. Muito mais recentemente (séc. XVIII), o historiador inglês Gibbon defendeu a mesma ideia colocando o apogeu romano no século II, como os Antoninos, e da Aliança entre bárbaros e cristãos para destruir a civilização greco-romana: «*Descrevo o triunfo da barbárie e da religião*» ⁽⁶⁾.

Contra esta posição revelou-se Toynbee, contrapondo ao apogeu antonino o século V a. C., após o qual se inicia o declínio, muito antes, portanto, do aparecimento do cristianismo.

No seguimento de Gibbon se pronunciou Frazer ⁽⁷⁾, o que demonstra a existência de difusores desta tese no século actual.

O já citado Toynbee, pelo contrário, considera o Cristianismo como que

«uma espécie de crisálida que tem mantido e preservado os germes ocultos da vida até que venham a transformar-se numa civilização secular».

⁽⁶⁾ «No dia seguinte ao da morte do imperador Marco Aurélio, o Império Romano entrou em declínio, e todos os valores que eu, Gibbon, e os outros encarecemos, entraram, então, a se degradar. A religião e a barbárie começaram a triunfar. Esse lamentável estado de coisas perdurou por centenas de anos; foi então que, somente no século XII — poucas gerações antes da minha — começou novamente a surgir uma civilização racional.»

⁽⁷⁾ FRAZER, J. G. «*The Golden bough*» IV.^a Parte, London, 1914.

E acrescenta:

«Os colapsos e desintegrações de civilizações parecem ser degraus no sentido de alcançar coisas mais elevadas no plano religioso. Afinal de contas, uma das leis espirituais mais profundas que conhecemos é a que proclama Êsquilo... "é pelo sofrimento que se chega à sabedoria"»,

e no Novo Testamento no versículo:

«O Senhor castiga aquele que ama, e dá correctivo a todo o filho que acolhe.»

Nesta linha de pensamento de as várias civilizações existentes serem um produto das religiões, das mais primitivas até às ditas superiores (cristianismo, judaísmo, islamismo, confucionismo), poder-se-á afirmar que a civilização é predominantemente um meio e a religião predominantemente um fim.

A civilização greco-romana, profundamente politeísta, tinha que desaparecer mal uma religião superior, monoteísta, passou a dominar as massas. A Igreja de Cristo foi, assim, a principal autora da civilização ocidental e da civilização de Bizâncio.

A civilização ocidental, primeiramente, foi uma civilização do império romano de Orontes à Península Ibérica. O Cristianismo, que construiu essa mesma civilização, deu continuidade à civilização em que se institucionalizou, introduzindo-lhe muito da filosofia grega.

É preciso esperar pelo século XV com o Regimento de Simão da Silva, em África, com Mateus Ricci, na China e os ritos malabar e chinês no século XVI, para a Igreja de Roma, através do Padroado português, tentar a sua primeira experiência de planetização interagindo com as suas culturas locais, adoptando práticas e usos e despidendo-se dos correspondentes europeus. Foi experiência abandonada no século XVII, por obra da Propaganda Fide, mas que o Vaticano II recuperou.

Uma outra ideia que convém aflorar é a que se prende com a relação entre Igreja e desenvolvimento e Igreja e progresso. Diz Santo Agostinho, na «Cidade de Deus», que «a Comunidade dos Santos não é deste mundo, embora nele tenha dado origem a pessoas através das quais faz a sua caminhada até que chegue o seu reino, onde todos se congregarão».

A Igreja, na Terra, nunca será, assim, perfeita mas deve, sempre, aspirar a mais perfeição. O progresso religioso implica progresso espiritual das pessoas. Mas as pessoas são espírito e matéria indissociáveis. Daí que o avanço espiritual obrigue a uma evolução de aspectos da vida material, isto é, em todos os aspectos da vida diária. Por outras palavras progresso espiritual das pessoas trará mais progresso social do que o obtido por outras formas.

O progresso social é, em suma, maior se realizado com a Igreja e não à margem ou contra esta.

A IGREJA E A CULTURA PORTUGUESA

Jorge Dias, em renomado ensaio ^(*), de 1950, escreveu que:

«... Portugal nasce desta luta contra os mouros. É uma guerra política e religiosa. Enquanto que se reconquista o solo da Pátria expulsa-se o inimigo da Fé. Atrás do conquistador vai logo o lavrador e constrói-se o templo. A espada que luta precisa se apoiar no pão dos campos e na fé em Deus...» (p. 13);

e mais adiante:

«... A religiosidade apresenta o mesmo fundo humano peculiar ao português. Não tem carácter abstracto, místico ou trágico próprio da espanhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas soluções milagrosas...» (p. 15);

e

«... A própria religião tem o mesmo cunho humano, acolhedor e tranquilo. Não se erguem nas aldeias portuguesas essas igrejas enormes e solenes, tão características da paisagem espanhola, que na sua imponentia apagam a nota humana. A igreja portuguesa, ora

^(*) DIAS, JORGE, «Os Elementos fundamentais da Cultura Portuguesa», Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960.

caída e sorridente entre ramadas, ora singela e sóbria na pureza do granito, é simplesmente a casa do Senhor. É sempre um templo acolhedor, habitado por santos bons e humanos. Não se vêem os Cristos lívidos e torturados de Espanha. A sensibilidade portuguesa não suporta essa visão trágica e dolorosa.

A prova mais evidente deste sentimento humano e terreno da nossa religiosidade verifica-se na extraordinária expansão do estilo romântico...» (p. 21).

Assim se expressou o mais insigne antropólogo nacional da segunda metade deste século e um dos europeus mais escutado no campo antropológico e sociológico. Além de referir que a Igreja Católica está na génese de Portugal e da cultura portuguesa confirma que faz parte integrante dela em muitos sistemas culturais.

Da mesma opinião é Manuel da Silva e Costa ⁽⁹⁾:

«... A Tradição estrutura-se a partir de três projectos: a reconquista; a independência em relação a Castela; a expansão marítima. Estrutura-se igualmente a partir de dois valores fundamentais e aglutinadores da personalidade portuguesa: a Língua e a Religião Católica» (p. 135);

e Manuel Gonçalves Martins, igualmente investigador das coisas da cultura e docente universitário ⁽¹⁰⁾:

«Existem bastantes opiniões sobre os agentes que favoreceram a formação política de Portugal...»

O esquema da nossa análise é o seguinte:

1. O influxo dos factores sociogeográficos.
2. A intervenção das pessoas.

⁽⁹⁾ COSTA, MANUEL DA SILVA e, «O cidadão português e a defesa; uma tomada de consciência», em «Nação e Defesa», n.º 62, Julho-Setembro, 1992.

⁽¹⁰⁾ MARTINS, MANUEL GONÇALVES, «A formação política de Portugal e os agentes externos», em «Nação e Defesa», n.º 59, Julho-Setembro, 1991.

3. A influência dos agentes externos:

a. O Papado.

b. A Ordem Cluny.

c. Os reinos cristãos do Norte da Europa, que desenvolve profundamente o tema na sua dissertação a doutoramento denominada «A evolução do império português e a conjuntura internacional».

São muito poucos os que negam a influência da Igreja Católica na formação e na cultura portuguesas. Nos nossos dias defendem essa opinião o pensador de formação marxista, Eduardo Lourenço, alguns pensadores marxistas e outros de filiação maçónica. É de referir, no entanto, que muitos maçons ilustres deixaram páginas admiráveis sobre o papel da Igreja quer na formação de Portugal quer na cultura portuguesa. De uma maneira geral lembramos Jaime Cortesão, Ricardo Severo, António Sérgio, António Sardinha, Damião Peres, Orlando Ribeiro, Miguel de Oliveira, Luís Vieira de Castro, Martins de Albuquerque, Alfredo Pimenta, Amorim Girão, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teixeira de Pascoaes, José Mattoso, Fernando Pessoa e António Quadros, entre muitos mais e que deixaram obra de vulto.

O papel desempenhado pela Igreja de Roma na cultura portuguesa tem sido analisado desde a sua negação até àqueles que dão ao catolicismo uma posição clara, isto é, de um Eduardo Lourenço, de um Barradas de Carvalho ⁽¹¹⁾ e de um Moisés de Lemos Martins ⁽¹²⁾ até a um António Quadros ⁽¹³⁾, a um Francisco da Cunha Leão ⁽¹⁴⁾ e a largas dezenas ou mesmo centenas. No domínio dos estrangeiros não há posições declaradamente contra, sendo de destacar um Gilbert Durand e um Raymond Abélío nos defensores da tese religiosa.

É nossa convicção e nossa certeza que quer a posição quer os papéis desempenhados pela Igreja Católica na formação de Portugal e na construção da cultura portuguesa foram e são enormes e devem ser destacados.

⁽¹¹⁾ CARVALHO, J. BARRADAS DE, «Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica)», Lisboa, 1974.

⁽¹²⁾ MARTINS, MOISÉS DE LEMOS, «O modo superlativo de enunciar a nossa identidade: Português, logo-Católico», Cadernos do Noroeste, Braga, 1990.

⁽¹³⁾ QUADROS, ANTÓNIO, «Memórias das Origens, Saudade do Futuro», Lisboa, 1992.

⁽¹⁴⁾ LEÃO, FRANCISCO DA CUNHA, «Ensaio da Psicologia Portuguesa», Lisboa, 1971. «O Enigma Português», Lisboa, 1968.

Raul Iturra, antropólogo de formação marxista e docente em Lisboa, apesar da sua crítica contundente ⁽¹⁵⁾ não deixou de reconhecer o papel da Igreja Católica na cultura ocidental:

«... a cultura cristã, apocalíptica e messiânica, imagina todo o indivíduo como um penitente que deve dar conta dos seus actos à vontade externa que inventou através do tempo para definir o seu agir histórico; penitente que antes do ser vive com certa culpa a construção de uma vida...»

e antes:

«A cultura cristã, descendente de Judeus e Gregos, conserva por escrito memória da construção das relações sociais e com o resto da natureza. Esta memória escrita é derivada da prática de existência histórica das pessoas e é normalmente transmitida de forma oral, ... Factos sociais tais como casamento, celibato, organização do ciclo doméstico, controlo ético da conduta por meio do conceito do pecado estão processualmente consignados nas formas não escritas da História, que nós chamamos Religião»

e, nesta linha, analisa a cultura portuguesa e a sua componente religiosa no domínio das práticas religiosas, do trabalho, da produção, do pecado, das estratégias de reprodução, do casamento, do celibato e do grupo doméstico. Iturra, nessa linha marxista, analisou aspectos da cultura espiritual, muito embora outros se lhe escapassem como a produção literária, erudita ou não (por exemplo, prosa, poesia, drama, tragédia, comédia, teatro, etc.).

Começaremos pela cultura material (que em muitos aspectos obedece a elementos, complexos e sistemas da vida do espírito) e vejamos, inicialmente, a arquitectura. Portugal tem edificações de estilo românico, gótico, barroco e rococó se quisermos considerar este último como estilo individualizado. Além destes tem outras em estilo manuelino, estilo genuinamente português, ao contrário dos demais, e de que falaremos mais adiante.

De todas as obras de arquitectura sobressaem as igrejas e mosteiros disseminados por todo o País. A planta de quase todas elas representa uma

⁽¹⁵⁾ ITURRA, RAUL, *«A Religião como Teoria da Reprodução Social»*, Lisboa, 1991.

cruz, elemento importantíssimo em toda a História e em toda a vida dos Portugueses. O romântico domina em Portugal, o que fez Jorge Dias escrever ⁽¹⁶⁾:

«A prova mais evidente do sentimento humano e terreno da nossa religiosidade verifica-se na extraordinária expansão do estilo românico, com o seu arco singelo bem apoiado na terra, e na falta de assimilação do estilo gótico. Nunca sentimos esse profundo arroubo místico, essa ânsia de ascensão que caracteriza o gótico. O nosso espírito assimilou mal um estilo cuja expressão nos era estranha. Em todos os monumentos arquitectónicos, caracteristicamente portugueses, perdura uma certa espessura dos pilares, uma nítida tendência para a profundidade e para a horizontalidade, contrária à ânsia de verticalidade ascensional do gótico. O espírito português é avesso às grandes abstracções, às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano. A prova disso está na falta de grandes filósofos e de grandes místicos. Nem compartilha do racionalismo mediterrânico, da luminosidade greco-latina, nem da abstracção francesa, de grandes linhas puras, nem do arrebatamento místico espanhol.»

A estes estilos importados respondeu Portugal com o Manuelino, o estilo onde mais predomina a temática religiosa e naturalista. Dele diz o já citado Jorge Dias, no mesmo ensaio:

«Perante a grandeza e os mistérios da natureza que os Portugueses vão a pouco e pouco descobrindo, nasce uma atitude espiritual, não destituída dum certo fundo místico-naturalista com tintas de panteísmo. O Deus que se adorava continuava a ser o mesmo, dentro da ortodoxia católica... É então que surgem os Jerónimos como expressão arquitectónica máxima da religiosidade portuguesa. A grande novidade era a decoração naturalista, inspirada em motivos do mar e na exuberância da vegetação exótica. O antigo sentimento da Natureza, que só encontrara até então expressão poética. Os templos enchem-se de elementos da Natureza, impregnados de sentido religioso...

⁽¹⁶⁾ Idem, n.º 8.

Porém, se na decoração há novidade architectónica, a sensibilidade portuguesa mantém-se presa ao atavismo românico, na solidez das proporções e no arco redondo...»

Associada à arquitectura tem andado a escultura, quer a erudita quer a popular. Escultores e artesãos foram, durante séculos, quase que exclusivamente produtores de imagens e de motivos religiosos e naturais, quase sempre para decoração de igrejas e conventos. Não há museu pelo País fora que não tenha uma secção de arte sacra com escultura, talha, trabalhos em pedra, etc. Inúmeras oficinas pelo País fora ainda hoje têm o seu nome na lembrança do povo. Santos sorridentes, amigos, próximos do homem, presépios realçando a vida simples e a natureza, são a produção mais insigne.

É, igualmente, a pintura de temas parcial ou totalmente religiosos que marca a pintura portuguesa desde o século XV. A melhor produção, mesmo antes da escola de Nuno Gonçalves, até ao actual Lima de Freitas, tem o sagrado por centro. Se é verdade que a pintura actual de temas religiosos é muito pouco relevante é de não esquecer que dominou até ao século XIX. D. Manuel I chegou a fazer-se representar como Rei Mago, no Retábulo dos Reis Magos.

Também o que há de mais grandioso no domínio da ourivesaria, durante séculos, destinou-se a igrejas e mosteiros. Custódias (como a de Belém), navetas, caldeirinhas, hissopes, sacrários, muitos outros artefactos atestam a riqueza e a criatividade.

A iluminura é cem por cento religiosa. São os livros sagrados que documentam, em exclusivo, esta arte.

O vestuário mais requintado e mais rico é, igualmente, religioso. Muito dele bordado a ouro e que hoje valoriza os nossos museus religiosos ou em secções apropriadas.

No domínio da produção literária, a oratória até ao século XIX é dominada pelos pregadores; mesmo é quase que exclusivamente sagrada até ao século XVII, o século de ouro da oratória sacra nacional⁽¹⁷⁾. Mas prosa, poesia, drama, comédia e tragédia, em grande medida, têm o sagrado como tema central ou a ele dedicam muitas e variadas páginas. Não esquecer que o teatro começou nas igrejas, que a oratória sacra se desenvolveu em praças e feiras, nomeadamente com franciscanos, que as novelas de cavalaria são

⁽¹⁷⁾ GOMES, PINHARANDA. «O pensamento teológico contemporâneo em Portugal», Braga, 1991, pp. 87-94.

marcadamente impregnadas de religiosidade, que as grandes obras literárias exaltam a religião e que muitos dos pensadores e dos sábios de então foram religiosos, muito embora nem sempre assim sejam identificados. E é de não esquecer, também, que durante décadas os principais navegadores henriquinos foram frades da Ordem de Cristo.

Como elemento fundamental é de lembrar que o ensino, até ao Marquês de Pombal, esteve entregue às Ordens Religiosas.

Como não convém alargar demasiado estas considerações vejamos o que José Mattoso, estudioso da alta Idade Média, diz sobre o assunto, agora mais numa perspectiva popular; situar-nos-emos no período anterior ao povoamento das ilhas atlânticas para se conhecer um pouco do novo que para elas veio.

Iniciaremos pela religião existente ao tempo ⁽¹⁸⁾. Se no século XIII havia uma descoordenação entre a religiosidade popular e a religião oficial (o que, aliás, acontecia com alguns sacerdotes), no século XV essa não coincidência persistia no povo mas os clérigos, por melhor esclarecidos, já não usavam práticas reprováveis em matéria de baptismo, óleos sagrados, água benta, hóstia e vinho consagrados. O casamento ia adquirindo um estatuto predominantemente religioso afastando a legitimação de acto anterior.

As fórmulas mágicas que perduraram, durante séculos, nos livros da religião raramente aparecem. A Igreja afasta-se, a pouco e pouco, das superstições correntes em todas as classes (lembro a crença no poder miraculoso das pedras preciosas pela Rainha Santa Mafalda).

Não era pacífica, como convinha, a transição da Idade Média para a Idade Moderna através do Renascimento, período correspondente à descoberta e povoamento dos Açores. Estava-se no fim do Cisma do Ocidente (1378-1449). Os Concílios de Ferrara/Florença (1439) sobre o mistério do Espírito Santo (e não só) e o de Roma (1443/1445) sobre cismas nas igrejas orientais começavam a dar os seus frutos, tendo mais efeitos em Portugal que os ensinamentos de Wicleff e João Huss. É um período brilhante onde pontificaram a proliferação e o fortalecimento de confrarias e de corporações e o empenho de Papas como Nicolau V, Júlio II e Leão X.

⁽¹⁸⁾ MATTOSO, JOSÉ, *«Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal»*, Lisboa, 1991.

O protestantismo ainda não havia feito a sua aparição, o nepotismo não assentara arraiais na Igreja de Alexandre VI, e Savonarola não havia sido justicado. Havia, assim, uma relativa paz social e progresso.

No que concerne ao clero já todo falava latim (o que não aconteceu até aos séculos XIII/XIV), imprescindível para a realização dos actos litúrgicos. Mas ouçamos José Mattoso (19):

«... a maior preocupação dos legisladores eclesiásticos parece ir antes para a exigência de os clérigos saberem «falar» latim (56), para poderem celebrar os ofícios e desempenharem correctamente as suas funções (57). Esta prescrição deve-se aproximar de muitas outras que revelam uma das maiores preocupações da hierarquia, e se traduzem na obrigação de o clero trazer o hábito eclesiástico, vestir com decência, cortar a barba regularmente, não usar armas, não entrar em tabernas (59), não aceitar o repto ou entrar em duelo (60), celebrar a Missa uma vez por semana (61), não praticar nem deixar praticar artes mágicas, encantamentos ou sortilégios (62), abandonar a concubinação (63), não exercer nenhuma profissão no foro secular como juiz ou advogado, nem ser tabelião (64)».

Descendo ao nível da paróquia há muito que o pároco havia deixado de ser eleito pelos fiéis, pelos senhores ou pelo rei para o passar a ser pelo bispo da diocese. Em certa medida de representante da comunidade anteriormente, passou a ser só representante da hierarquia. Também deixou de estar subordinado à jurisdição dos tribunais civis para só responder no foro eclesiástico.

Voltando à religião popular havia bastante condescendência dos párocos em relação a certas práticas de cultos pagãos em ermidas e mesmo em santuários de romarias. Vejamos o que escreveu Mattoso (20):

«... o clero aceita presidir à invocação de forças sagradas, benéficas ou maléficas, em actos especialmente solenes da vida comunitária, dando-lhe uma forma considerada compatível com o dogma... Outro exemplo característico é o juramento em tribunal...

(19) MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

(20) MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

Noutra fórmula, usada em casos de feridas, convocam-se os contendedores para a capela-mor da igreja, numa quarta-feira à hora de terça para jurar sobre uma imagem ou um santo...

Entre as mais significativas formas de «domesticação», digamos assim, das crenças e práticas populares, que a igreja oficial adoptou pelo menos por razões tácticas, contam-se as procissões... Outra manifestação das crenças e práticas populares decorrente do terreno contraditório criado pela simultânea oposição e aliança entre o clero e o laicado, é o das célebres «festas de loucos», com as suas numerosas variantes... Este tipo de celebrações, todavia, é próprio das cidades, onde, por vezes, eram os próprios cônegos da Sé catedral a promovê-las».

O A. relaciona a atitude dos sacerdotes mais como fenómenos de «laicismo» que de manifestações da religiosidade popular.

No século XV a Igreja e a hierarquia já sabiam muito bem o que queriam dos actos religiosos e os leigos já não presidiam ou interferiam com os mesmos e nos mesmos. A oposição ao paganismo já era total (luta contra o animismo, difusão da doutrina da incompatibilidade entre o bem e o mal, a morte e a vida, o céu e a terra, o natural e o sobrenatural) e o combate à manipulação das coisas sagradas uma constante. Entram, assim, na cultura portuguesa elementos, complexos e sistemas culturais, da vida espiritual, que Mattoso destaca ⁽²¹⁾:

«Desse princípio doutrinal (contra o animismo e o paganismo) decorrem simplificações abusivas mas que obtêm grande audiência, como a identificação das pulsões instintivas, da natureza não redimida, da mulher ou da sexualidade como mal ou o demónio. Por isso ele se identifica também com os espíritos que povoam as águas, a floresta e os montes, as pontes e os cruzamentos dos caminhos, e incita os homens àquilo que desde então se chama bruxaria ou feitiçaria. De facto, a crença no domínio e na sua constante intervenção na vida humana, para lhe atribuir a origem de todos os males, constitui um dos pontos mais persistentes da estratégia antipagã. Foi constan-

⁽²¹⁾ MATTOSO, JOSÉ, «Identificação de um País — ensaio sobre as origens de Portugal», Lisboa, 1991.

temente posta em acção e penetrou efectivamente na mentalidade popular (80).

Face ao demónio, que orchestra as estratégias do mal, colocam-se os santos, que procedem à distribuição e administração de todas as forças benéficas outrora atribuídas aos deuses e heróis, e se desprendiam das pedras, árvores, fontes, colinas, santuários e recintos sagrados. A propagação dos relatos dos milagres realizados pelos santos... fazem parte desta lenta, imensa e incansável obra de atribuir um sentimento diferente ao mundo e às coisas... Entre as numerosas fontes documentais... os livros de milagres têm realmente um lugar privilegiado (81). Não são apenas obras de propaganda em favor de determinados santuários... mas também obras de catequese.»

Em toda esta imensa renovação teve papel activo a reforma gregoriana, que consagrou a separação do clero do laicado, realizada poucos séculos antes, mas que demorou a institucionalizar-se.

A hierarquia havia chamado a si, pouco antes, as matérias sensíveis da vida dos leigos como o casamento e a morte, a obrigação do dízimo, a estrutura paroquial, incentivara e regulamentara as confrarias e difundira modelos sobre a esmola, a redenção de cativos, a construção de albergarias e a instituição de legados. A pregação em lugares profanos, tão do agrado de franciscanos, já não se ouvia há quase dois séculos nos concelhos.

Julgamos, em suma, que no período havido entre o século XII e o XIV houve toda uma revolução na cultura popular e também a cultura erudita, por razões de interacção com a religião católica, moldando a cultura portuguesa até ao século XIX e em muitos aspectos da cultura espiritual até aos nossos dias.

A CULTURA E A IGREJA NOS AÇORES

1. Em 1929, Vitorino Nemésio, jovem universitário, num ensaio/conferência⁽²²⁾, tentou caracterizar os açorianos através da sua personalidade base. Nemésio seguiu a moda de então, muito vulgar na Europa entre alguns antropólogos, apesar das críticas que já começavam a chegar de certos qua-

(22) NEMÉSIO, VITORINO, «O Açoriano e os Açores», 1932;

drantes científicos, que mostravam o perigo destas generalizações, que propagaram o mito do ariano, aproveitado, irracionalmente, por motivos políticos, consagrando as doutrinas de Gobineau (23) e de Chamberlain e dando mesmo origem a certas correntes geopolíticas.

Chegou-se, mesmo, à diferenciação, por natureza, do homem com a sua mentalidade pré-lógica (24). Foi a época dos determinismos nas ciências incluindo as sociais, a época áurea dos organicismos absolutos e dos determinismos geográficos. Mais cuidadoso foi Luís da Silva Ribeiro (25) detendo-se só nas condicionantes do açoriano; para tal, no entanto, teve acesso a vasta bibliografia, entretanto publicada, sobre o tema personalidade-modal.

Hoje já nenhum cientista social defenderia a insularidade como determinante da personalidade uma vez que vários estudos, muito profundos, demonstraram que um indivíduo pode estar mais isolado, por exemplo, em Nova Iorque que na ilha do Corvo. Os Japoneses demonstraram que viver em ilhas vulcânicas pode ser um «handicap» e não o contrário. E quem se refere à insularidade pode referir-se às outras determinantes apontadas por Nemésio. Hoje é mais tema de políticos que de cientistas da cultura.

De todos é conhecido que a única constante cultural de um povo (português, por exemplo) é o seu fundo temperamental porque é ele que selecciona e transforma, de acordo com a sua sensibilidade específica, os múltiplos aspectos que a cultura reveste (26). Esse fundo temperamental é de conteúdo espiritual e não pode ser confundido com características do povo de uma região, de uma classe, ou de uma ilha. O seu conteúdo é mais global. Haverá, mesmo, uma tendência para o desaparecimento das subáreas culturais perante a universalidade do ensino e uma maior participação de todos na cultura nacional.

Estas palavras prévias permitem aferir que ainda não foi feita qualquer abordagem profunda, até aos nossos dias, da subárea cultural açoriana. Por um lado é quase impossível enumerar os traços, complexos e sistemas culturais não herdados nem adoptados, mas nos Açores inventados, e que tiveram e têm impacto na cultura espiritual. O normal, até ao presente, tem sido a

(23) GOBINEAU, A. DE, «Essai sur l'inégalité des races humaines», Paris, 1854;

(24) LÉVY-BRUHL, L., «La mentalidad primitiva», Buenos Aires, 1945;

(25) RIBEIRO, LUÍS DA SILVA, «Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», Angra do Heroísmo, 1964.

(26) Ver FIDALGO, MANUEL, «Alguns aspectos da socialização da criança açoriana», Angra do Heroísmo, 1980. «A família açoriana numa perspectiva de mudança sociocultural», Angra do Heroísmo, 1979.

indicação de caracteres da cultura portuguesa como se só de açoriana se tratasse. No domínio dos princípios, dos valores, das normas e dos padrões de relevância social nada tem sido demonstrado como novo. As diferenças apontadas não o são e o que de diferente haja é mais ao nível dos elementos ou traços e não dos complexos e sistemas da cultura espiritual. Aliás já Jorge Dias anotou o problema. Será pura perda a tentativa de encontrar diferenças, com base em critérios rigorosos, entre continentais e açorianos, ou entre a cultura portuguesa e a subárea cultural açoriana.

Postas as considerações que julgámos pertinentes podemos dizer que as palavras de Jorge Dias em relação à cultura espiritual portuguesa (filha, em grande medida, da Igreja Católica) têm, nos Açores, ainda mais razão de ser.

José de Almeida Pavão Júnior ⁽²¹⁾, com o qual não estamos totalmente em sintonia, refere para o caso do açoriano:

«... um tipo peculiar de mentalidade, nas circunstâncias já mencionadas: uma química social (109), constituída por uma amálgama de idiossincrasias, trazidas pelas diferentes correntes emigratórias, e introduzidas no novo «habitat». Por vezes haverá a possível predominância de uma delas, conforme estamos em crer, sobre a prioridade do elemento continental do sul, nomeadamente o algarvio, com anterioridade histórica, manifesta em claros reflexos na linguagem da ilha de S. Miguel. Teríamos assim a acomodação de um património cultural comum, filtrado pela história e pela tradição, a um novo condicionalismo mesológico, formado por factores de ordem geográfica e ecológica, onde as influências da sociedade e do meio físico são recíprocas. Ainda no caso açoriano, chegaríamos à ideia de insularidade, hoje de uso e aplicação correntes, nos mais variados sectores de ordem pragmática, com a noção implícita de um sentimento de afastamento e de ausência, onde, naturalmente, o mar ocupa um lugar predominante.

Formação cultural específica? Sim, na medida em que os valores transmitidos pelos povoadores se modificaram pela aclimação».

⁽²¹⁾ PAVÃO JR., JOSÉ DE ALMEIDA, «Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano», Ponta Delgada, 1981.

Ao contrário do A. julgamos que não houve alteração ao nível dos valores. Aliás, não diz quais se modificaram. Se se modificassem os valores a cultura açoriana pouco teria a ver com a cultura portuguesa, no que não acreditamos. Modificaram-se alguns elementos da cultura espiritual, onde os valores se inscrevem, e traços, complexos e sistemas culturais, da cultura material principalmente por influência do meio geográfico. Na cultura espiritual, a única com relevância para este caso, só traços culturais.

O A., para destrinçar a subárea cultural açoriana da cultura portuguesa, fundamenta-se em Nemésio ⁽²⁸⁾, como se de coisas diferentes se tratasse. O mesmo poderia afirmar um algarvio, um mirandês e um rionorês e não se estaria perante novas culturas mas perante subáreas culturais da cultura portuguesa.

Discordamos, também, da classificação nemesiana dos açorianos, hoje posta em causa, perante investigações dos nossos dias, de sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais. Os modelos são, actualmente, um grande risco, além de pecarem por, raramente, serem científicos. Ao contrário do que Pavão Júnior escreve, sabe-se hoje que os caracteres sociais evoluem muito lentamente, sendo necessários alguns séculos para haver alterações institucionalizadas, em sociedades rurais, como é a açoriana. É ver que alterações havidas em Inglaterra nos séculos XVII/XVIII só nos nossos dias estão a ocorrer nos Açores, como é o caso do valor sociológico da terra. A grande diferença é o ritmo de mudança do litoral do Continente (baseado no secundário e terciário), que se passou a operar já no século XIX, mais insistentemente após a Segunda Grande Guerra, e a mudança, ainda ténue até quase ao presente, nos Açores. Há, assim, um desfasamento entre os Açores e o Continente, não passando aqueles pela fase da industrialização (como aconteceu no segundo), mas iniciando com a terciarização dos activos, o que está a implicar outra mentalidade, que não põe em causa os princípios mas exige uma maior mobilidade de alguns elementos constituintes dos valores. A ilha mais isolada foi sempre a ilha do Corvo e nela nunca deixaram de presidir os princípios que enformavam os primeiros povoadores de reverenciar os valores da matriz original. Ora as demais ilhas tiveram, desde o século XVI, contactos anuais com as naus de ida e torna-viagem. Não é por se saber oito meses depois que D. Maria I morreu ou mesmo um ano

(28) NEMÉSIO, VITORINO, «O Açoriano e os Açores», Coimbra, 1932.

depois do desastre de Alcácer Quibir que foram postos em causa princípios, valores e o psiquismo de origem dos açorianos. Tal nunca aconteceu. O psiquismo é muito mais profundo que acontecimentos de tal natureza.

2. A primeira grande constatação na cultura regional açoriana é a sua base profundamente religiosa. Este factor sobreleva os demais, mesmo os ecológicos. Estes entram a reforçar esta matriz. Povoações, cabos, lagoas, fajãs, caldeiras, serras, montes, vales, caminhos e um sem-número de acidentes geográficos têm nomes retirados da vida da religião ⁽²⁹⁾. A espiritualidade mariana domina e predomina na vida dos açorianos. Mais de 170 igrejas, capelas e ermidas a Ela foram consagradas enquanto menos de uma dezena a Cristo e outra à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. A cruz, pelo seu lado, só tinha um espaço religioso.

O culto do Espírito Santo, importado com os primeiros povoadores e os Romeiros, ainda de origem duvidosa, fazem parte desse universo regional ou, unicamente, ilhéu, com muitas características profanas.

Esta base religiosa manteve-se em evolução lenta até ao século XIX, sofre algumas contestações, entretanto, mas de reduzidos efeitos, e entra no século XX com alguma erosão neste seu final; no entanto não pôs em causa nada do essencial uma vez que o fenómeno é mais de indiferença que de negação de princípios e valores.

Tendo presente que a cultura espiritual é constituída por elementos como usos e costumes, crenças, linguagem, tradições orais, sabedoria, língua, música, dança, padrões de comportamento, ideais de vida, ética, moral, religião, princípios, valores, normas, etc... podemos ver que quase tudo é-nos transmitido em família por pais, avós, tios, irmãos, por vizinhos, por companheiros de escola e de catequese, por sacerdotes e catequistas, por professores, pela comunidade onde se nasceu e pela sociedade em geral. Todos estes elementos evoluem muito devagar precisando de muitas gerações, excepto se circunstâncias muito excepcionais se impuserem e permanecerem, o que não foi o caso dos Açores. Sismos, vulcões, tempestades e outros fenómenos naturais, por muito localizados no tempo, podem fazer evoluir, mais rapidamente, alguns elementos, mas também podem reforçar entendimentos já quase esquecidos, tornando dominante o que já era recessivo.

⁽²⁹⁾ FIDALGO, MANUEL, «A mentalidade açoriana e a espiritualidade franciscana», Angra do Heroísmo, 1990.

Tendo em conta que, em 1960, cerca de 60% dos activos açorianos ainda trabalhava no sector primário, quase que exclusivamente na agricultura, o que significava uma dependência do campo de mais de 75% da população (lembramos que o tamanho médio da família rural açoriana é maior que o da família urbana); se tivermos presente que muitas das famílias das três cidades e das vilas eram patriarcais com nenhuma ou só pequenas diferenças, em termos de cultura espiritual, das famílias rurais; e se nos lembrarmos que os rurais são extremamente conservadores em termos da dita cultura, poderemos inferir da evolução lenta, ou mesmo muito lenta, havida.

Daí que se visualizarmos um dia de um açoriano, mais próximo do que pensamos ser um açoriano típico, como o fez Ralph Linton para o americano, teríamos um homem a agradecer a Deus o novo dia, a orar antes das refeições, a descobrir-se ao passar em frente da igreja da sua paróquia e a participar, talvez, no terço, à noite, em família. Não significa que faça tudo isto todos os dias, mas concerteza que dá graças a Deus, diariamente, mais vezes que o Norte-Americano.

Dos componentes da cultura referidos (usos e costumes, crenças, língua e linguagem, tradições orais, sabedoria, música, dança, padrões de comportamento, ideais de vida, ética, moral e religião, princípios, valores e normas) talvez só na dança não estejam presentes os ensinamentos do catolicismo. Daí que as posições sociais e os papéis sociais que cada um executa, diariamente, quase automaticamente e sem se dar conta da sua génese, estejam impregnados da ética, da moral e dos ensinamentos da Igreja, muitas vezes como componentes dominantes. Tudo isto foi herdado dos primeiros povoadores, e estes das suas regiões de origem, mas nos Açores, e por influência primordial dos franciscanos, a inculturação foi superior por mais constante em todas as ilhas. Nos primeiros cinquenta anos de povoamento já a sua maior parte tinha conventos desta Ordem. E no século XVI vieram os jesuítas (por volta de 1570), os agostinhos a partir de meados do século XVII e, depois, outras Ordens.

É de salientar, ainda no domínio da influência da Igreja, a evolução do ensino/educação, nos Açores. Desde o início, isto é, ainda antes de meados do século XV, já os franciscanos se encarregavam da assistência espiritual às famílias, não descurando o aspecto religioso, e abriam escolas para a juventude onde ensinavam as primeiras letras e latim.

No século imediato deu-se a criação da Diocese (1534), a contratação de cinco mestres de Gramática, pagos pelo Estado (1553), a fixação dos jesuítas em Angra (1570) e Ponta Delgada (1590). A educação deveria ser de muita qualidade para produzir um D. Frei João Estaço e um D. Luís Figueiredo Lemos, bispos, um Rui Gonçalves da Câmara, lente em Coimbra, um Gaspar Frutuoso, um Manuel Pinheiro, um Bento de Góis, um Gregório de Almeida, um Brás Soares, um Pedro Maceda e um João de Penha, todos religiosos, e um Francisco Romeiro, cirurgião, entre muitos outros, neste mesmo século.

Frutuoso dá bem conta de igrejas, imagens, pinturas, talhas e livros que concorrem para se conhecer, suficientemente, a cultura espiritual desse tempo.

Século após século o número de intelectuais não deixou de crescer, assim como o número de escolas e de disciplinas ensinadas nos colégios das várias Ordens, mesmo após a expulsão dos jesuítas (1760).

Foram mais de quatro séculos de orientação escolar integralmente religiosa pelo que estamos afastados de tal época pouco mais de três gerações. Ora o trabalho espiritual de quase meio milhar de anos não se afasta das famílias em tão poucas gerações.

Não poderia esquecer outra faceta da acção dos religiosos: a da prestação dos cuidados de saúde. São eles que estão na base da criação dos primeiros hospitais nos Açores, motivando os fiéis, participando, profundamente, na acção médica, em trabalhos de enfermagem e na assistência.

Fora dos hospitais são eles a trave mestra do que hoje seria não só a assistência social mas, também, a solidariedade social.

O homem açoriano, no seu psiquismo, não pode deixar de ser profundamente cristão, mesmo quando o nega. É que não pode fazer tábua-rasa da sua herança social. Quantas vezes as suas palavras contradizem os seus actos.

A segunda grande referência cultural, a seguir à influência religiosa, é a da terra. Já não como componente privilegiado da cultura, mas quase só como condicionante. A relatividade da sua influência está relacionada com as técnicas disponíveis e daí quase só o condicionamento da cultura material. A vida espiritual, no sentido sociológico e antropológico do termo, quase que lhe escapa.

É a posse e a exploração da terra que condicionando, profundamente, a vida das pessoas exerce influência, muito acentuada, na cultura material e

esta, relativamente, na espiritual. Julgamos que as pequenas diferenças existentes no psiquismo das gentes das várias ilhas se deve a reflexos do modo de deter e explorar a terra, em cada ilha.

Tudo se ficou a dever à exportação do modelo feudal para os Açores, que iria perdurar quase intocável até finais do século XIX e teve uma lenta desagregação até hoje. Por isso é que mais de 90% da terra pertence, ainda, a cerca de 5% dos açorianos.

Como é sabido Alfarrobeira aconteceu por se haver tornado impossível a convivência das duas tendências existentes na Corte: de um lado uma concepção burguesa de sociedade liderada pelo Regente, D. Pedro, o das Sete Partidas, e, pelo outro, o da Rainha viúva de D. Duarte, apoiada, nomeadamente, pela grande nobreza que irá dominar D. Afonso V e que tentará pôr em causa D. João II. D. Pedro pretendia o desenvolvimento de Portugal baseado no modelo burguês, que aconteceu em certas partes da Europa, e a Nobreza pretendia voltar à situação anterior a D. João I.

O desastre de Alfarrobeira (1449) deu origem a que nas Cortes seguintes ficasse mais ou menos decidido o seguinte: para ilhas desabitadas e regiões de povos primitivos seria exportado o regime feudal típico e para as regiões desenvolvidas (Índia, China, Japão, etc.) o modelo burguês. Daí as capitánias feudais na Madeira, Açores, Brasil, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, o regime donatário, o regime vincular, a propriedade indivisa, o servo e o escravo que perduraram séculos e séculos. No Continente a força da burguesia assentou arraiais nas cidades e vilas, nomeadamente no litoral, com a protecção da Coroa. O sistema feudal é, assim, marcadamente interior.

É a posse e a exploração da terra que também está na base das várias fomes e da emigração. E, caso a assinalar, ao ciclo do trigo, quanto mais se produzia mais fome havia. A história relata que aos períodos de maior exportação de trigo corresponderam tempos de fome para o povo. É que os senhores feudais, preocupados com maiores produções, diminuía as pequenas glebas de culturas de subsistência dos seus servos, alargando as áreas das searas. O servo só tinha, assim, a opção de emigrar.

Ora esta situação manteve-se até 1867 (Código Civil) — apesar das medidas de Mousinho da Silveira já em 1832 — em termos legais, mas sem alterações evidentes, como se impunha, em termos reais, até à Segunda Grande Guerra. É ver que o sistema feudal da colónia, na Madeira, só cessou, legalmente, em meados da década de oitenta, muito recentemente, como vemos.

Dependendo a vida, quase que exclusivamente, da terra, durante séculos, e que mesmo, actualmente, a terra é de poucos, embora trabalhada por muitos (6 blocos por exploração em média; 4 a 5 hectares por exploração), não admira, ainda hoje, a importância dos extintos morgadios, da ex-propriedade vinculada e das antigas dadas.

É um sistema que permite que ainda haja homens e famílias que vivam, exclusivamente, de terra arrendada, propriedade perfeita que nunca trabalharam.

O principal bem dos Açores é, ainda, a terra. Condiciona menos que em todos os séculos anteriores, mas condiciona.

Enquanto a nossa opinião é esta, a de todos os estudiosos açorianos (sem preparação académica sociológica ou antropológica) tem-se inclinado mais para a influência geográfica e ecológica. Não dizemos que tal influência não exista, mas investigações, a partir da década de sessenta, em outras latitudes, provam a sua menor influência no psiquismo dos grupos estudados. Eric From, entre os psicólogos, sociólogos e antropólogos de quase todas as esclas refere, nos nossos dias, que a posição geográfica, embora tendo relevância na cultura material, é muito pouco influente na espiritual.

Como condicionantes principais da cultura espiritual dos açorianos temos, em conclusão, as tradições herdadas dos primeiros povoadores, a feição específica dada pela Igreja Católica e a influência da terra na perspectiva da sua posse e exploração. São estes, a nosso ver, os pressupostos essenciais do fundo temperamental ou, por outras palavras, da responsabilidade-moral dos açorianos. Sobre essa personalidade base, isto é, das suas características, já muito se escreveu, mas a evolução das ciências sociais tem-nas largamente desmentido. Daí a nossa análise ter sido outra.

Manuel Fidalgo